

4

Construindo em ruínas

4.1

Pessimismo da razão

“Quando penso no futuro não esqueço o meu passado.”

(Paulinho da Viola)

A leitura estabelecida por parte significativa da crítica brasileira sobre *Retrato do Brasil* enfatiza, sobretudo, seu aspecto pessimista. Ressalta, assim, uma suposta disposição do autor em destacar uma formação nacional realizada através dos vícios da cobiça e da luxúria, em detrimento de possíveis aspectos positivos do caráter nacional. Segundo a crítica contemporânea ao lançamento do ensaio, a tristeza do povo brasileiro, denunciada por Paulo Prado, parece ter impregnado suas próprias palavras, imputando a elas certo ceticismo quanto ao futuro da nação e a capacidade de intervenção no presente. É justamente sobre esta visão de parte relevante da crítica nacional, considerada aqui equivocada, que o presente trabalho pretende se debruçar neste momento; buscando compreender, principalmente, uma perspectiva histórica adotada pelo autor que possa orientar uma nova visão sobre *Retrato do Brasil*. É através da percepção de uma peculiar maneira de apreender o passado e relacionar-se com ele que acredito encontrar uma das principais chaves de leitura crítica para elaborar uma reflexão sobre o instigante ensaio de Paulo Prado.

Talvez a própria estrutura de apresentação e organização textual de *Retrato do Brasil* possa funcionar como um indício da maneira pela qual o ensaísta relaciona-se com o passado nacional. Ao fim da leitura de *Retrato do Brasil* é possível dividi-lo em dois textos que se complementam, mas que, no entanto, possuem objetivos distintos. O primeiro deles é constituído pelo conjunto de capítulos que compõem o eixo central de seu argumento sobre a tristeza do brasileiro, derivada da formação histórica nacional, a saber: *A luxúria*, *A cobiça*, *A tristeza* e *O romantismo*. O segundo refere-se ao *Post-Scriptum*, representando

uma tentativa deliberada de intervenção individual e centrada no presente. Desse modo, o ensaísta, ao expor as mazelas da história nacional, deixa entrever em sua narrativa certo pessimismo ou um tom supostamente cético e resignado diante das possibilidades de superação dos problemas nacionais advindos de uma formação social dominada pelos vícios. Por outro lado, em seu *Post-Scriptum*, Paulo Prado apresenta um elemento novo; sua escrita ganha novos contornos por meio de uma vontade de ação, demonstrando uma ansiedade premente por mudanças e, pode-se dizer, por uma ruptura com o passado. *Retrato do Brasil*, sob esta perspectiva, compõe um esforço ambíguo e simultâneo de construção e destruição do passado, de resgate e superação do já vivido. Talvez seja mais oportuno dizer: um esforço no sentido de construir em cima de ruínas uma nova história nacional.

Após percorrer dezenas de páginas aglutinando uma visão pejorativa e pouco animadora da história pátria, onde se revelam ao leitor todos os vícios encarnados pelos colonos que se fixaram em território brasileiro, responsáveis pela precária e caótica formação nacional, efetua-se na narrativa de Paulo Prado uma significativa mudança de postura frente a esse passado pouco edificante. Se, ao longo do ensaio, ele parece compreender a história como um fardo quase insuperável, em seu *Post-Scriptum* o ensaísta revela uma disposição combativa que visa romper com o peso do passado e com o que acredita ser o equivocado desenrolar da história nacional. É justamente esta inflexão no argumento de Paulo Prado – um inicial esforço de síntese histórica nacional, seguida de sua desvalorização diante da urgente necessidade de superação do atraso – que se apresenta como ponto nevrálgico neste momento do trabalho. Com o intuito de enfatizar tal inflexão, faz-se necessário um olhar mais detido e cuidadoso sobre o conteúdo do *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*.

Paulo Prado inicia o *Post-Scriptum* dando certa continuidade à crítica que desenvolve ao longo de sua narrativa, retomando fragmentos de seu argumento ora para abrandá-los, ora para reforçá-los, numa espécie de revisão e diálogo com os temas visitados no decorrer do ensaio. Contudo, após traçar esse breve epílogo de sua argumentação contida nos capítulos precedentes, o autor convida o leitor a lançar um olhar contemporâneo sobre a permanência da precariedade, das mazelas e dos vícios que amalgamaram a nação. Diz Paulo Prado: “Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a

paisagem que passa”.¹ Neste exato momento, passa a lançar mão do presente como para comprovar sua tese sobre a errática formação nacional. Mira seu olhar no hoje, buscando significativos e indesejáveis resquícios de uma enfermidade nacional situada em sua origem, seqüelas que comprovem seu diagnóstico sobre a formação nacional e, pode-se dizer, que legitimem as idéias expostas em seu quadro-síntese do passado. Empreende um esforço de lembrança e síntese do passado objetivando, sobretudo, sua superação.

Logo em seguida, é evocada a imagem do corpo enfermo, fragilizado e débil, que se mostrará recorrente para designar a (de)formação social do país e a influência do passado sobre o presente. Segundo Paulo Prado, “o Brasil de fato, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado”.² Ou seja, não seria possível observar desenvolvimento, progresso ou maturidade diante de um organismo assolado por vícios e doenças ainda não curadas: como se o Brasil estivesse indo da infância à decrepitude sem antes passar pela maturidade. Os problemas perduram sob uma aparência de mudanças artificiais, e impedem o progresso do país. O atraso brasileiro no circuito das demais nações é explicado e compreendido historicamente por Paulo Prado, como se o passado e sua sobrevivência no presente condenassem o país, de antemão, a uma posição de coadjuvante no mundo.

A precariedade da formação nacional é entendida como uma espécie de patologia social. No entanto, apesar de enumerar as permanências que por séculos estorvaram o desenvolvimento brasileiro, Paulo Prado não assume uma postura descrente e desapegada quanto às possibilidades do presente e, como corolário, do futuro – aqui reside um importante ponto de discordância com parte da crítica nacional que, praticamente em uníssono, declarou o ensaio de Paulo Prado como resignado e pessimista diante de nosso quase insuperável fardo histórico: o passado colonial. Dessa forma, faz-se de suma importância sublinhar que a crítica aguda, expressa no ensaio de Paulo Prado, aliada à comprovação do atraso nacional, é sucedida por um *Post-Scriptum* cuja vontade de mudança manifesta-se na ambição de romper com o passado colonial. Este não pode, de maneira alguma,

¹ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 199.

² PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 199.

estorvar as possibilidades de mudança e renovação; a história não deve servir para limitar as expectativas do presente, transformando-o em simples continuação do passado, em um processo inexorável no qual o homem se deixa levar. Segundo Paulo Prado, “a ânsia de renovação é a própria pulsação da história”,³ ou seja, o presente passa a ser um lugar privilegiado para a ação do homem e da coletividade no sentido de elaborar soluções que possibilitem a construção de um amanhã descolado dos erros cometidos ontem. Para esclarecer o anseio do autor de intervir em seu presente, pode-se recorrer a um dos trechos mais significativos e inquietantes de seu *Post-Scriptum*:

“Para tão grandes males [provenientes da formação nacional] parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando – sem cuidar da realidade social e política da atualidade –, só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução”.⁴

Através da defesa de *soluções catastróficas*, Paulo Prado assume uma original e radical postura de ruptura e renovação frente à herança colonial. Propõe que, por meio da *Guerra* ou da *Revolução*, talvez fosse possível despertar uma nação inteira do “sono colonial” em que permaneceu mesmo após sua independência. Segundo ele, não seria mais possível protelar a superação do passado brasileiro, que insistia em se prolongar pelo presente e invadir o futuro. Seria necessária uma atitude brusca e catastrófica, cortar a própria carne, a fim de erradicar a apatia coletiva que caracterizava o brasileiro, tomando-se uma atitude que fosse capaz de burlar o oneroso e equivocado passado. A mudança é quase uma necessidade nacional, não há idealização ou tentativa de conservação do passado; o que existe é uma crítica incisiva e uma vontade latente por mudanças.

A *Guerra*, segundo Paulo Prado, teria a função de permitir que qualidades até então adormecidas aflorassem no povo, que, por sua vez, encarnaria a *salvação pública*. Verdadeiros heróis nacionais poderiam surgir das *vicissitudes da Guerra*. Já a *Revolução* representaria a urgente necessidade de ruptura com o

³ Idem, p. 209.

⁴ Idem, p. 208.

passado, ou seja, a necessidade de se *fazer tábua rasa para depois cuidar de renovação total*.⁵ Mais uma vez, o passado figura como um fardo extremamente pesado para a nação, e sua superação advém da mescla entre revolta e esperança. A revolta, além de significar a necessidade de mudança no estado das coisas, indicando que a tradição não deve figurar como referência exclusiva e determinante para o presente, representa também a agitação e o elemento de renovação da sociedade. Por sua vez, a esperança representa a vontade de superação da realidade presente, uma possibilidade de progresso, independente das marcas e cicatrizes deixadas pelo passado; um olhar adiante que vislumbra horizontes distintos daqueles contidos no presente vivido. Vencer a moléstia e a imobilidade que a perpetua, essa é a vontade explicitada por Paulo Prado no *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*.

A idéia de *fazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total*, defendida por Paulo Prado em seu *Post-Scriptum*, mostra-se bastante reveladora de seu anseio de romper com o atraso e incentivar ou empreender a modernização nacional, deixando transparecer certa impaciência e irritação diante das permanências visíveis e nocivas do passado. Para efetuar uma *renovação total* é preciso, com uma atitude brusca e catastrófica, esquecer a história nacional, mesmo que momentaneamente. Esquecer a tradição e re-começar a história pátria, evitando repetições de erros capitais cometidos no passado e que acabaram por impedir o desenvolvimento e o progresso satisfatório da nação, apontar para necessidade iminente de caminhar sem esse fardo por demais pesado no qual se transformou o passado.

Dessa maneira, é proveitoso retomar a imagem do médico, proposta por Paulo Prado, visto que, *esgotadas as medicações da terapêutica corrente, é necessário recorrer à cirurgia*. Em outras palavras, a solução catastrófica e radical defendida por Paulo Prado assemelha-se a uma intervenção cirúrgica. Através da metáfora do médico que cura violenta enfermidade de seu paciente, definem-se as motivações políticas do autor em seu *Post-Scriptum*. O paciente, com sua enfermidade em estado avançado, seria o país marcado pelo “germe da decadência” trazido pelos primeiros colonos⁶; o médico desejoso de curar tal moléstia seria o próprio Paulo Prado, que se coloca como denunciador crítico e

⁵ Idem, p. 211.

⁶ Idem, p. 138.

radical das mazelas nacionais. Em carta endereçada a seu filho Paulo Caio, em 1º de janeiro de 1929, pouco após redigir o *Post-Scriptum*, Paulo Prado esclarece seu posicionamento político-intelectual, atribuindo um tipo peculiar de otimismo ao seu *Retrato do Brasil*: “Não do otimismo de *O País* e do *Correio Paulistano*, pago pelo dinheiro público, mas do otimismo do médico que quer curar, ou do cirurgião”.⁷ Dessa forma, distancia-se da visão ufanista e de um patriotismo retórico e vazio, levado a cabo pelo grupo “Brasil primeiro país do mundo”, uma espécie de “Bloco governamental, que vai levando o Brasil à ruína e ao esfacelamento”.⁸

Mostra-se relevante notar que, não por acaso, Paulo Prado evoca com frequência a figura do médico e da patologia em seu ensaio. Parece, aos poucos, preparar o anúncio de seu peculiar otimismo, apontando para a singularidade do otimismo do médico que almeja curar seu paciente. Um otimismo que não ignora a dimensão real da moléstia ou os problemas que precisam ser enfrentados; pelo contrário, considera imprescindível ter ciência da grandeza exata das dificuldades a serem transpostas para que a intervenção tenha mais chances de sucesso. É essa a postura de Paulo Prado diante do Brasil. Ele não fecha os olhos frente ao atraso herdado da formação social brasileira, pois é justamente esse conhecimento que autoriza uma intervenção precisa e cirúrgica para sanar os males nacionais. Seu otimismo não admite alienação e resignação em relação aos problemas do país, mas sim uma atuação orientada e incisiva advinda, sobretudo, da percepção crítica e objetiva de uma má formação nacional.

A singularidade do olhar de Paulo Prado está amparada por um otimismo crítico, que rejeita a idealização simplista, seja do passado ou do futuro, que possa impedir a ação individual ou coletiva em torno das transformações encetadas na direção de novas formas e contornos para a sociedade brasileira. Seu *Post-Scriptum* peremptório e, por que não dizer, apaixonado, distancia-se de um ceticismo imobilizador e de um otimismo superficial. Segundo a visão de Mário de Andrade, “Paulo Prado com o seu pessimismo fecundo e o seu realismo, convertia sempre o assunto das livres elucubrações artísticas aos problemas da

⁷ Carta ao filho Paulo Caio, datada de 1º de janeiro de 1929. In: PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 217-218.

⁸ Idem. p. 217-218.

realidade brasileira”.⁹ Desse modo, a idéia de otimismo crítico é substituída, aqui, pela de pessimismo fecundo, que nada tem a ver com um alheamento da realidade ou ausência de motivação diante da possibilidade de mudança. Pode-se dizer que possuem um mesmo significado: um olhar crítico e cioso por transformações sociais e políticas. Vejamos as palavras de Paulo Prado que finalizam seu *Post-Scriptum*, evocando o otimismo do revolucionário:

“Para o revoltado o estado de cousas [sic] presente é intolerável, e o esforço de sua ação possível irá até a destruição violenta de tudo que ele condena. O revolucionário, porém, como construtor de uma nova ordem é por sua vez um otimista que ainda acredita, pelo progresso natural do homem, numa melhoria em relação ao presente. É o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: **a confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado** [grifo meu]”.¹⁰

Paulo Prado se autoproclama um otimista que acredita na mudança e crê num futuro que não pode ser pior do que o passado nacional. Sendo assim, a aparente contradição armada por ele em *Retrato do Brasil* entre sua síntese histórica, que visa à construção de um patrimônio, e a vontade de romper com o passado, por meio da *Guerra* ou da *Revolução*, leva-nos para uma questão, já tangenciada, porém ainda não explorada: a relevância da história para vida. A constatação de um passado com poucos exemplos louváveis, capazes de ensinar virtudes, aliada à insurgência diante da submissão do indivíduo ao processo histórico que desautoriza sua ação, nos remete a *II Consideração Intempestiva* de Friedrich Nietzsche *sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*. A censura que Nietzsche assume com relação ao nocivo e limitador excesso de história para vida assemelha-se com aquela encontrada, segundo o argumento aqui proposto, no *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*, visto que, após demonstrar de forma crítica o passado que deu origem ao Brasil, Paulo Prado propõe um afastamento deste passado com intuito de superá-lo. Senão, vejamos as palavras

⁹ ANDRADE, Mário de. O Movimento Modernista. In: **Aspectos da literatura brasileira**. 6ª ed. São Paulo, Martins, 1978. p. 239.

¹⁰ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 212.

de Nietzsche sobre os malefícios de uma abnegação frente ao passado, ou da chamada *doença histórica*:

“Mas quem logo aprendeu a curvar a espinha e a baixar a cabeça diante do “poder da história”, este acabará também por acatar mecanicamente, como fazem os chineses, qualquer poder – seja ele de um governo, da opinião pública ou da maioria – ele dançará como uma marionete pendurada num fio, executando fielmente os movimentos que lhe são ordenados”.¹¹

Dessa maneira, o argumento nietzschiano encaminha-se para uma categórica negação e censura de um processo histórico que cerceie as sensibilidades individuais e coletivas, e, como corolário, impossibilite a mudança ou renovação da vida. Essa característica marcante da modernidade tardia do século XIX figura como uma espécie de patologia social, política e filosófica da humanidade, impedindo que indivíduos sejam vislumbrados no turbilhão histórico; os homens sendo transformados em uma massa amorfa, em dócil rebanho que se curva diante da tradição e do processo histórico no qual estão inseridos. Neste sentido, a ambição de ruptura com uma hiperbólica historicização da vida, presente na *Intempestiva* de Nietzsche, exige uma atitude a-histórica ou supra-histórica da humanidade, sugerindo que é preciso certa rebeldia e altivez frente aos ensinamentos encontrados no passado para que se encontre uma juventude perdida, ou seja, uma inquietude e insatisfação traduzida na vontade de mudança e numa ação autêntica, inconformada e livre frente à vida. À passividade mórbida de seres que se assemelham a marionetes, opõe-se à jovialidade e pulsação do indivíduo livre de amarras e ciente de sua potência. Para Nietzsche, de acordo com a interpretação de Hayden White em *Trópicos do Discurso*, “a história promoveu nos homens um voyeurismo debilitante, fê-los sentir que eram forasteiros e desse modo solapou aos poucos aquele impulso ao esforço heróico que poderia conferir um sentido peculiarmente humano, ainda que transitório, a um mundo absurdo”.¹²

¹¹ NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre história**. Apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 146.

¹² WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: **Trópicos do Discurso**: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 44.

O processo histórico, característica indelével de uma visão moderna da história, acabou por engolfar e abafar as individualidades, tornando os homens forasteiros e estranhos ao próprio devir. Analisando a moderna historiografia, Hannah Arendt concluiu, dando de certa forma continuidade à crítica de Nietzsche, que o “que o conceito de processo implica é que se dissociaram o concreto e o geral, a coisa ou evento singulares e o significado universal. O processo, que torna por si só significativo o que quer que porventura carregue consigo, adquiriu assim um monopólio de universalidade e significação”.¹³ Assim, as ações individuais são esvaziadas de sentido, consideradas amiúde como manifestações de um inapagável processo já anunciado e universal, no qual o homem parece desconhecer e pouco interferir. A inexorabilidade dos fatos tornaria os homens pequenos e impotentes, marionetes sem vontades e ambições individuais ou coletivas.

Diante da constatação de uma conjuntura que tiraniza e esgota o indivíduo, surge uma urgente necessidade de uma visão a-histórica ou supra-histórica, capaz de possibilitar a ruptura do presente com vícios advindos do passado, submetendo a história novamente à experiência da vida e, conseqüentemente, à intervenção humana. Ou seja, uma revalorização das potencialidades do indivíduo, um esforço em transformá-lo novamente no centro das motivações históricas, em protagonista capaz de interferir no devir humano. Sendo assim, o diagnóstico do passado não deve bloquear a ação do indivíduo e nem mesmo uma espécie de redenção nacional capaz de superá-lo. A história só tem utilidade se submetida à experiência da vida. Nietzsche, citando carta de Goethe enviada a Schiller, inicia sua *II Intempestiva* com uma afirmação de grande valia para o argumento aqui exposto: “odeio tudo aquilo que somente me instrui sem aumentar ou estimular diretamente a minha atividade”.¹⁴ A história não deve servir como simples instrumento de erudição, como uma espécie de ornamento intelectual, mas sim, ter influência direta na vida, ser útil para a experiência individual e coletiva, já que só assim é possível imputar-lhe valor e re-definir a ação do gênio. Sobre a utilidade do conhecimento histórico escreve Nietzsche:

¹³ ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 96.

¹⁴ NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre história**. Apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 67.

“Certamente, temos necessidade de história, mas, ao contrário, não temos necessidade dela do modo como tem o ocioso refinado dos jardins do saber, por mais que este olhe com altaneiro desdém os nossos infortúnios e as nossas privações prosaicas e sem atrativos. Temos necessidade dela para viver e para agir, não para nos afastarmos comodamente da vida e da ação e ainda menos para enfeitar uma vida egoísta e as ações desprezíveis e funestas. Não queremos servir à história senão na medida em que ela sirva à vida”.¹⁵

O interesse de Paulo Prado de manifestar-se politicamente como agente atuante do presente aproxima-o da reflexão proposta por Nietzsche em sua *II Consideração Intempestiva* e, pode-se dizer, caracteriza-o como um personagem nietzschiano, como um indivíduo que pretende, através da valorização de uma autêntica expressão do gênio, praticar uma ação livre que minimize a idéia de processo histórico. No entanto, diferentemente do gênio romântico, que se apresenta como uma espécie de deus em miniatura, o gênio nietzschiano reveste-se de características demasiadamente humanas, como um indivíduo criador das diferenças, como aquele que busca seu próprio interior manifestando sua singularidade e sua vontade individual.¹⁶ Ou seja, emerge como indivíduo que valoriza uma intervenção, individual ou coletiva, onde possa ser vislumbrada uma ação juvenil e contestadora e, conseqüentemente, vívida do presente. O que parece estar em jogo é a crítica incisiva contra a passividade do indivíduo e o marasmo ou a indiferença da coletividade, que pode advir de um otimismo alienado e protetor de certo caminhar natural das coisas, uma espécie de naturalização do processo histórico, como também de uma atitude cínica frente ao seu tempo.

¹⁵ Idem. p. 68.

¹⁶ A concepção romântica de gênio implica no reconhecimento de um indivíduo que se põe acima de seu tempo e da coletividade, posto que através de um estímulo supra-humano ou de um entusiasmo concedido por deuses, externo a sua própria racionalidade, seja capaz de revelar o absoluto ou a coisa-em-si. Enquanto que a concepção nietzschiana de gênio aponta para valorização de uma manifestação autêntica, mas que, no entanto, reveste-se de predicados demasiadamente humanos, podendo a genialidade ser cultivada através da educação. Neste sentido, aproxima-se da idéia de *bildung*, de uma formação que desperta qualidades adormecidas, um amadurecimento espiritual do indivíduo através de uma intervenção externa. Ver: BORGES, André de Barros. **O Ensino nietzschiano através do gênio para a formação de um novo tipo humano**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2004; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Deuses em miniatura: notas sobre genialidade e melancolia em Gilberto Freyre”. In: SOUZA, Eneida Maria de, e MIRANDA, Wander Melo (Org.). **Navegar é preciso, viver: escritos para Silvano Santiago**. Niterói: EDUFF, 1997; ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

Para melhor elucidar tal argumento, é necessário associar a imagem do português desbravador do Renascimento, composto por Paulo Prado no início de seu ensaio, com uma vontade de ação no mundo, com um ato de libertação das amarras do tempo no qual estão inseridos. Assim, “dessa Renascença surgira um homem novo com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano”.¹⁷ Paulo Prado, dessa forma, parece revestir-se com as qualidades desse “homem novo”, desse conquistador completamente ciente de sua ação no âmbito da experiência do presente e anterior à decadência do colono. Se “a era dos descobrimentos foi resultado desse movimento de libertação”, a re-descoberta do Brasil seria inaugurada por uma repetição daquela vontade individualista, seria obra do gênio individual e inquieto. Paulo Prado, através de seu *Post-Scriptum*, demonstra o ímpeto renascentista de agir contra o seu tempo, esquivando-se da imagem do necrófilo, que se expressa numa admiração vazia e despropositada diante do passado. A história não deve ser um culto aos mortos, sua escrita não se assemelha a lápides nas quais se revelam as qualidades dos antigos, mas sim uma reflexão viva, ou seja, implica uma postura contestadora do sujeito; sublinha-se antes a Vontade que a Obediência.¹⁸ Desse modo, nosso ensaísta apresenta-se, através de sua manifestação intelectual crítica e sua proposta por mudanças, como um ator fundamental dessa renascença tardia que se configura no modernismo.¹⁹

¹⁷ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 53.

¹⁸ “Neste anseio os povos da época se sentiam abafados e peados na vida estreita da Europa. Era preciso alterar – na terminologia nietzschiana – o sinal negativo que o cristianismo inscrevera diante do que exprimia fortaleza e audácia. Guerra aos fracos, guerra aos pobres, guerra aos doentes. Abrir as portas da prisão ocidental. Substituir à Obediência a Vontade individualista. Dissipar as constantes e aterrorizadoras preocupações da Morte – que tanto torturavam os espíritos cristãos.” PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 54.

¹⁹ Vale ressaltar que a imagem do modernismo como uma nova renascença, pode ser identificada em alguns textos do período. Foi uma auto-imagem recorrente, até mesmo como forma de reforçar as trevas nacionais – período colonial e sua permanência no século XIX –, ou seja, uma produção artística e intelectual decrépita e imitativa, uma ausência quase que completa da brasilidade ou de um espírito nacional. No artigo *Brecheret e a Semana de Arte Moderna*, Paulo Prado após denunciar o atraso da literatura nacional destaca o caráter inovador dos jovens modernistas, dizendo: “A Semana de Arte Moderna veio revelar ao deserto do nosso mundo lunar que uma nova modalidade do pensamento surgira como uma grande Renascença moderna. Com ela aparece entre nós o sentimento de inquietação e independência que é característico da nova feição do espírito humano. O mundo já está cansado das fórmulas do passado; em toda a parte, em todos os terrenos – na estética da rua, no anúncio, nos reclames, nos jornais ilustrados, nas gravuras, na mobília, na moda -, com uma alegria iconoclasta e juvenil se quebram os antigos moldes e desaparecem as velhas regras, pesadas como grilhões. Política, arte, literatura, ciência, filosofia – todo esforço humano – sofre dessa radical transformação do ideal, em que se exerce, de maneira tão luminosa, a

Neste sentido, é preciso recorrer uma vez mais à crítica contundente de Nietzsche à sujeição do homem moderno aos valores de uma história absoluta e soberana, até mesmo como forma de acentuar a contradição entre a postura apática da coletividade e o personagem renascentista encarnado por Paulo Prado:

“O orgulho do homem moderno está intimamente ligado a ironia para consigo mesmo, a consciência de que ele deve viver num estado de espírito historicizante e, por assim dizer, crepuscular, ao seu temor de que não seja capaz de preservar absolutamente o que quer que seja de suas forças e de suas esperanças de juventude no futuro. Aqui e ali, se vai ainda longe, se vai até o cinismo; segundo este cânone cínico, justifica-se o curso da história, ou seja, a totalidade da evolução universal, pelo ponto de vista particular do homem moderno”.²⁰

O que deve ficar claro neste momento é que Paulo Prado parece encarar a formação nacional e, sobretudo, seus resultados, como uma espécie de precoce e contundente ruína. Antes mesmo de formar-se como nação autônoma e desenvolvida, o país parece ter se diluído em vãs tentativas de modernização. A superficialidade das mudanças ensaiadas somente destaca as ruínas de um país que não se edificou. A ruína nacional, dessa maneira, não configura uma espécie de metonímia de uma construção acabada, mas sim um vestígio de uma ação inapropriada do indivíduo diante da natureza, gerando o inacabamento, o imprevisto e a apatia da formação nacional. Assim, a estética da ruína, preconizada por Paulo Prado como forma de sintetizar a equivocada formação nacional, anuncia uma relação conflitante entre espírito e natureza. Segundo Georg Simmel, a arquitetura configura uma fusão entre natureza e espírito, dando ênfase, sobretudo, à capacidade humana de criar e modelar essa natureza. Dessa forma, o aparecimento de ruínas mostra-se como uma vingança da natureza diante da intervenção do homem, desestabilizando um frágil equilíbrio e remodelando de

sensibilidade livre e individual dos homens de hoje.” PRADO, Paulo. Brecheret e a Semana de Arte Moderna. In: **Paulística etc.** São Paulo Companhia das Letras, 2004. Sobre o quadro da literatura nacional no século XIX, ver: ASSIS, Machado. Instinto de nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico**. Vol. 1. Editora Pallas S.A. Rio de Janeiro, 1980; MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro: eduerj, 2001.

²⁰ NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida. In: **Escritos sobre história**. Apresentação, tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 149.

acordo com os seus desígnios o fruto do espírito e da intervenção humana.²¹ A imagem pretérita do país como uma espécie de ruína parece apontar para a tirania e supremacia da natureza frente à débil e desorientada ação dos colonos portugueses. Consolida-se assim o argumento de Paulo Prado sobre a entrega do colono diante dos prazeres de uma natureza luxuriosa. A força da natureza é descrita por Paulo Prado em uma espécie de confronto com o colono aventureiro:

“No Brasil, a mata cobria as terras moles da bacia amazônica, e a partir da barra do São Francisco, depois das dunas e mangues do Nordeste, seguia o litoral até muito além do Capricórnio para terminar nas praias baixas do Rio Grande. Oferecia um obstáculo formidável para quem a queira penetrar e atravessar, como que exprimindo a opressiva tirania da natureza a que dificilmente se foge no envolvimento flexível e resistente das lianas. Compacta, sombria, silenciosa, monótona na umidade pesada, abafa, sufoca e asfixia o invasor, que se perde no claro-escuro esverdeado de suas profundezas.”²²

No embate entre os colonos aventureiros e a natureza exuberante, esta venceu antes mesmo de ensaiar-se o suposto equilíbrio presente no ato de arquitetar ou construir algo. O descompassado e assistemático esforço dos colonos em dobrar a natureza, ou melhor, sua plasticidade, sua singular capacidade de adaptação irrestrita às condições naturais, impossibilitou a edificação de construções sólidas que marcassem a vitória do espírito sobre a natureza. A passividade e entrega do indivíduo perante as forças da natureza provocou uma permanente ausência de ânimo diante das necessidades de se erigir uma sociedade. “Para homens que vinham de uma Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido”.²³ Assim, a experiência da formação nacional constituiu-se através do esgotamento e da entrega do indivíduo,

²¹ SIMMEL, Georg. Sobre Las ruínas. In: **Sobre La Aventura**. Ensayos filosóficos. Barcelona: Ediciones Península. 1988. p. 120.

²² PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 58-59.

²³ Idem. p. 73-74.

como se o Brasil não tivesse passado das ruínas: a nação nasceu velha e decrépita, erodida desde sempre pela ação passiva do indivíduo perante a natureza.²⁴

Ao contrário das ruínas romanas que inspiraram Petrarca a relembrar glórias passadas, a constatação das ruínas nacionais implica a ênfase de um esforço não-direcionado e ineficaz dos primeiros colonos, indicando a própria falibilidade da vida diante da fraqueza do espírito. “O efeito que as ruínas produzem é muitas vezes trágico – mas não triste –, pois a destruição de que são testemunhas não é um dado absurdo e vindo de fora, mas sim a realização de uma tendência inscrita na camada mais profunda do ser do destruído”.²⁵ O panorama das ruínas, na qual se transfigurou o retrato do Brasil de Paulo Prado, nos remete a uma dimensão trágica da história nacional e, por conseguinte, nos leva, novamente, aos escritos de Nietzsche.

Como forma de reforçar a caracterização de Paulo Prado como personagem nietzschiano, além da percepção nociva que o excesso de história causa para vida, pode-se mencionar também sua constatação das ruínas nacionais como manifestação trágica da existência. *Retrato do Brasil* parece armar uma espécie de equação estética e filosófica, na qual as ruínas derivam um olhar pessimista, e este, por sua vez aproxima-se de uma visão trágica da história nacional, que abarca não somente os indivíduos isoladamente, mas também a coletividade. O otimismo crítico ou o pessimismo fecundo, manifestado na reflexão de Paulo Prado, ganha importante dimensão filosófica; configura uma manifestação relevante de um olhar trágico.

A concepção trágica esboçada pelo jovem Nietzsche em *O nascimento da tragédia* mostra-se de grande relevância para avançarmos no argumento aqui delineado, visto que tal concepção não se aplica somente às questões estéticas, mas também à própria relação do indivíduo com o mundo, e, mais especificamente, com o tempo histórico no qual está inserido. Nesse sentido, a leitura que Nietzsche realiza sobre o modelo apolíneo de medida, equilíbrio e autoconsciência, em oposição ao dionisíaco que pressupõe a desmesura, a

²⁴ Vale lembrar que, segundo Paulo Prado, as sociedades nativas compunham um único quadro com a natureza. As sociedades pré-cabralinas figuram como extensão de uma natureza selvagem e luxuriosa. Neste sentido, o ensaísta retoma uma visão consolidada pelos primeiros cronistas do país. Talvez tal visão seja fruto da enorme influência que os escritos jesuíticos tiveram na feitura de seu retrato, a própria idéia de pecados originais que enfeixa seu ensaio parece, em grande parte, devedora dessa perspectiva religiosa.

²⁵ SIMMEL. Georg. Sobre Las ruínas. In: **Sobre La Aventura**. Ensayos filosóficos. Barcelona: Ediciones Península. 1988. p. 121.

embriaguez e o sofrimento, pode ser útil para melhor qualificar o pessimismo de Paulo Prado. Enquanto o apolíneo representa a ingenuidade otimista e o completo “engolfamento na beleza da aparência”²⁶ típico da epopéia homérica, o dionisíaco apresenta a tragédia através de um novo tipo de pessimismo, mais profundo e fecundo. “O trágico é colocado sob o prisma de uma filosofia estética e pessimista. Mas o novo pessimismo dos fortes não é um pessimismo de negação da vida, mas um pessimismo trágico que aceita a existência e a sua dolorosa verdade dionisíaca: a morte e o sofrimento”.²⁷

Dessa maneira, o pessimismo nietzschiano está relacionado a uma atitude elevada e atuante do indivíduo frente à vida. Apesar da percepção da vida como dor e sofrimento, visto que a existência é trágica, o indivíduo não se abstém dela. Não só não desiste da vida, como também acaba por adotar uma atitude de enfrentamento arrogante e juvenil diante dela. Ou seja, assume suas possibilidades de intervenção individual, transforma-se em sujeito histórico liberado das amarras de um processo engendrado para além do homem, admite a possibilidade de uma ação criadora e autêntica pautada pela manifestação do gênio. “A particularidade de Nietzsche é a de ter ligado o pessimismo ‘a robustez, à força vital, ao instinto de vida’. Segundo ele a fonte da alegria é o pessimismo”.²⁸ Desse modo, a perspectiva trágica que valoriza o pessimismo como atuação orientada diante da vida, preconizada por Nietzsche, parece encontrar pouso na reflexão de Paulo Prado, mais especificamente nas motivações de seu *Post-Scriptum*. O pessimismo fecundo do nosso autor revela combatividade no sentido de superar o atraso, sem, no entanto, negar a conjuntura desoladora que deverá ultrapassar; expõe as mazelas nacionais com a sobriedade de um espírito crítico, amparado em seu robusto pessimismo. A dor, os vícios, a enfermidade e a imagem de um país arruinado mostram-se como o resultado da reflexão de um indivíduo que se esquivava da superficialidade das aparências. Paulo Prado, dessa forma, atua como homem de todo imerso em seu tempo, sua crítica lúcida e sua vontade de superar o passado habilitam-no como um personagem nietzschiano. Ao apontar em seu *Post-Scriptum* as nocivas permanências do passado, mostra-nos uma brecha para

²⁶ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio: J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 38.

²⁷ BRUM, José Thomaz. **O pessimismo e suas vontades**: Schopenhauer e Nietzsche. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 74.

²⁸ Idem. p. 74.

compreendermos sua crítica ao imobilismo e à apatia de seguidas gerações de brasileiros, que acabou por perpetuar o passado colonial:

“Sobre este corpo anêmico, atrofiado, balofo, tripudiam os políticos. É a única questão vital para o país – a questão política. Feliz ou infelizmente, não há outro problema premente a resolver: nem social, nem religioso, nem internacional, nem de raças, nem graves casos econômicos e financeiros. Somente a questão política, que é a questão dos homens públicos. Há-os de todo o gênero: os inteligentes, os sagazes, os estúpidos, os bem-intencionados (dantesca multidão), os que a sorte protege como nas loterias, os efêmeros, os eternos. **É o grande rebanho que passa, pastando, de que falava Nietzsche.** De vez em quando surge uma individualidade, ou nascente ou já sacrificada pela incomensurável maioria: os nomes dessas exceções, de raros, acodem logo ao bico da pena, mas, de fato e desde muito, estão desaparecendo rapidamente os que possuíam, na expressão dos historiadores românticos, “o magnetismo da personalidade”.²⁹[Grifo meu]

Após identificar a conservação de práticas que remetem ao período colonial, Paulo Prado aponta para a ausência de personalidades atuantes que pudessem superar tais práticas, identificando com isso a existência do rebanho nietzschiano que pasta alheio ao presente e ao sopro de renovação. A indiferença e passividade coletiva provocaram, em última análise, a sobrevivência dos vícios advindos da colonização. Os poucos que se ergueram contra esses vícios, que logo acodem ao bico da pena, não foram capazes de engendrar mudanças, pois o isolamento das suas ações somente acentuou o longo processo histórico da precariedade nacional.

²⁹ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 205.

4.2

Janelas do passado

Talvez se alargarmos o olhar para outras manifestações intelectuais de Paulo Prado, como cartas e artigos de jornais, possamos melhor situar e compreender o valor de *Retrato do Brasil* e, mais especificamente, de seu *Post-Scriptum*, identificando o caráter singular dessa manifestação dentro de sua produção intelectual e enfatizando, sobretudo, sua radicalização diante da utilidade do conhecimento histórico. Trata-se de chamar a atenção para o fato de que tal desejo de ruptura e abandono da história – e conseqüentemente de seus possíveis ensinamentos –, mostra-se como instigante peculiaridade do *Post-Scriptum* de seu retrato. Delineia-se uma certa inflexão no conjunto de sua obra, fundamental para a análise e identificação da história como ruína.

Em discurso proferido em 1926, no Museu Paulista, por ocasião da comemoração da compra de uma carta do Padre Anchieta destinada ao capitão-mor da capitania de São Vicente, adquirida em Londres, Paulo Prado nos deixa entrever de forma clara a tensão entre o apego à história e a necessidade de viver o presente como espaço de uma experiência inovadora, articulação sempre presente em sua reflexão. Escreve o ensaísta:

“Seria próprio de uma criança (já o disse Cícero numa frase a ser aqui gravada em latim e em letras de ouro), seria infantil ignorar o que se passou antes de nós. É o desenvolvimento desse sentimento humano que se chama a paixão histórica. Só no Culto dessa paixão conseguiremos compreender e realizar integralmente a consciência social, artística e intelectual do nosso HOJE, do nosso PROFUNDO HOJE do poeta francês”.³⁰

O apreço ao passado revela-se através de um elogio à chamada *paixão histórica*. No entanto, seria equivocado compreender esse entusiasmo diante da necessidade de estudar o passado como um culto aos feitos antigos, desligado de uma preocupação com o presente, com o *profundo hoje*, ao qual se refere Paulo Prado, em menção ao amigo e poeta Blaise Cendrars. De acordo com o trecho citado, a ação consciente no presente depende da intervenção do já vivido como

³⁰ PRADO, Paulo. *Paulística etc.* 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 266.

forma de criar referências de virtude. Assim, a preocupação em manter-se um sujeito atuante não ignora *a priori* as lições do passado. No entanto, pode-se dizer que o passado está subordinado às necessidades do presente, funcionando em alguns casos como trampolim para a crítica política elaborada por Paulo Prado através de um jogo de imagens. Essa postura é facilmente verificável em seus artigos publicados em periódicos durante as décadas de 20 e 30, onde é plausível vislumbrar uma aguçada preocupação política do autor, amparada freqüentemente em ensinamentos provenientes do saber histórico. No artigo *Duas vezes 32*, o ensaísta compara, de forma bastante perspicaz e utilitária, o primeiro esforço de se estabelecer leis na colônia, em 1532, com a situação pós-revolucionária de 1932, na qual o governo, ignorando a mobilização paulista em prol de uma nova Constituição, mantém o país sem uma estrutura legal de poder e a população à margem das garantias constitucionais:

“Quatro séculos passados, comemorando ou apenas relembando sob o regime inconstitucional a fundação da célula primitiva, o Brasil há de sentir a ironia cruel do contraste. Em 1532, o primeiro ato da metrópole, iniciando o povoamento, foi colocar “tudo em boa obra de justiça” na terra conquistada. Em 1932, vindo confessadamente desde mais de um ano para restabelecer o regime legal que dizia violado, o governo conserva suspensas as garantias constitucionais”.³¹

Enfatizando o contraste entre os dois episódios, Paulo Prado acaba por evocar uma atuação reivindicatória da sociedade, estimulada através de um sentimento cívico que surge do contato e do contraste com o passado:

“Que esperam os quarenta milhões de hoje para reivindicar aqueles mesmos ‘bens da vida segura e conversável’ que tanta consolação deram aos trezentos fundadores vicentinos?”³²

O passado parece possuir uma capacidade de mobilização para o presente, funciona como estratégia de desnudamento da ineficácia do poder público. Quando Paulo Prado utiliza a história ele o faz de forma político-pedagógica,

³¹ PRADO, Paulo. *Duas vezes 32*. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 289.

³² Idem. p. 289.

objetivando sempre, através do passado, interferir nos rumos do presente. O ensaísta, antes mesmo da publicação de *Retrato do Brasil*, e, conseqüentemente, de seu *Post-Scriptum* militante, já apresentava acentuada inclinação para as questões da política e utilizava com inteligência e pragmatismo a história nacional para apontar as mazelas do presente, feito um jogo de espelhos onde o anacronismo da sociedade era denunciado com veemência. Neste sentido, é preciso compreender certa trajetória das idéias de Paulo Prado quanto à perspectiva histórica adotada ao longo de suas manifestações intelectuais, posto que estas sejam importantes, sobretudo, como comprovação da rebeldia presente no *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*. Vejamos as palavras do ensaísta, por ocasião do 1º Prefácio de *Paulística* de 1925, no que diz respeito à função da história:

“‘A história é uma mestra, não somente do futuro como também do presente’, disse Martius. Nela se acha sem dúvida a explicação dessa falha inibitória do caráter paulista, agravada pelas causas sociais que correspondem hoje para a formação da nova raça, e nela encontraremos o ensinamento de que só vivem fortes e triunfantes as coletividades que nunca abandonam as suas prerrogativas políticas”.³³

A idéia retirada de Karl Friedrich von Martius em *Como se deve escrever a história do Brasil* e utilizada como epígrafe é bastante reveladora da crença da função pedagógica desempenhada pelo ensino da história para humanidade. Paulo Prado constrói uma síntese da história de São Paulo que visa incentivar um certo aprendizado coletivo e superar a decadência paulista, ou seja, uma composição onde esteja presente a função histórica de ensinar virtudes perdidas. Talvez, então, seja correto afirmar que ao longo de suas primeiras manifestações intelectuais ele parece empenhado em retomar, de maneira peculiar, o modelo ciceroniano da *Historia Magistra Vitae*, usando a história como coleção de exemplos relevantes para uma prática política virtuosa, como um meio para instruir os homens para uma ação consciente e orientada pela luz do passado. No entanto, deve-se ter claro que, para Paulo Prado, apesar da história constituir um inesgotável manancial de exemplos e experiências modelares, sua exemplaridade fundamenta-se, sobretudo,

³³ PRADO, Paulo. *Paulística etc.* 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 62.

na consideração completa de todo processo histórico, numa espécie de síntese e ordenamento das obras advindas do passado. Sua pedagogia histórica através da análise conjuntural do passado destoa, assim, da utilização fragmentária e individualizada deste passado, ou seja, afasta-se dos modelos ciceronianos clássicos. Indicar tal peculiaridade, no entanto, não causa prejuízo à aproximação aqui esboçada, entre Paulo Prado e uma maneira clássica e exemplar de apreensão histórica. Assim, deve-se notar que “Cícero faz referência às leis sagradas da história, por força das quais os homens conhecem o seu presente e são capazes de iluminar o futuro, e isso não de forma teológica, mas sim de um ponto de vista político prático”.³⁴ É essa a perspectiva adotada por Paulo Prado em seus primeiros escritos, sugerindo inclusive que as palavras de Cícero deveriam ser grafadas em latim e letras de ouro. Essa referência e deferência ao modelo ciceroniano de *Historia Magistra Vitae* somente foi abandonada durante a feitura de seu *Post-Scriptum*.

Na série de artigos que compõem *Paulística*, Paulo Prado busca a força e o triunfo perdido no tempo histórico, busca a grandeza paulista solapada pela decadência que tomou conta do planalto. Dessa maneira, não se verifica aqui a rebelião contra os ensinamentos da história, mas sim uma tentativa de transformá-la em monumento, em patrimônio, uma referência de onde se possam extrair grandezas e virtudes. É importante notar como o passado, em *Paulística* e em grande parte de suas intervenções na imprensa, possui para Paulo Prado um uso moral, funcionando como um depósito de valores capazes de impulsionar o desenvolvimento nacional e remediar o decadentismo. Seguem-se suas palavras no 2º *Prefácio* de *Paulística* datado de 1934:

“Cada povo que pretende ser mais do que uma simples aglomeração humana deve possuir o seu patrimônio histórico. Nele se vão inspirar as forças vivas e palpitantes da sua atividade atual, e nele se estabelece o critério da utilidade, que transforma em política – na acepção aristotélica da palavra – os ensinamentos da filosofia da história. É a explicação e desculpa das preocupações do passado, que a muitos parecerá puro luxo intelectual, ou mero narcisismo patrioteiro”.³⁵

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: **Futuro passado**: contribuição a semântica dos tempos históricos; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 45.

³⁵ PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 46.

Dessa forma, lançar o olhar sobre os artigos de Paulo Prado na imprensa acaba por tornar o *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil* ainda mais instigante, pois o singulariza dentro de seu universo intelectual. Sua inquietação quanto às (im)possibilidades de renovação nacional parece se acentuar, propiciando a imagem da ruptura e o panorama insuperável das ruínas brasileiras, expressas nas soluções catastróficas da *Guerra* ou da *Revolução*. Porém, a comprovação da impaciência política latente de Paulo Prado, que tem como corolário o abandono da história como mestra da vida, por si só não basta para compreender o significado de seu *Post-Scriptum*. Talvez seja preciso analisar sua peculiar estratégia de exposição do argumento, a forma como organizou e diagramou sua reflexão. Dessa maneira, talvez seja possível esclarecer melhor a tensão entre a possibilidade de aprender com o passado, idéia recorrente ao longo da produção intelectual de Paulo Prado, e a necessidade de fazer tábua rasa, apontada no *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*, alargando, novamente o olhar sobre a sua produção e percebendo a repetição de determinada estratégia intelectual. Para tanto, vejamos os dois livros publicados por Paulo Prado, *Paulística* (1925) e *Retrato do Brasil* (1928), destacando, sobretudo, a repetição de uma estrutura comum que merece ser analisada.

No interior da narrativa de *Paulística* – série de artigos reunidos que compõem uma síntese histórica de São Paulo –, Paulo Prado limita-se a uma reconstituição do passado. Seus ensaios são “unicamente consagrados ao estudo do passado”,³⁶ diz o próprio autor de forma incontestada. Ou seja, a única janela possível para se lançar um olhar crítico sobre o presente estão anexadas ao texto central, seja na forma de *Prefácio*, no caso de *Paulística*, seja na de *Post-Scriptum*, no caso de *Retrato do Brasil*, ambas as partes escritas após a feitura do texto central. Assim, após analisar o passado, o autor manifesta-se sobre a contemporaneidade fora do corpo do texto, construindo janelas que permitem o diálogo entre o presente e o passado. Suas ressalvas quanto às permanências de problemas pretéritos não corrompem a validade histórica do texto, representam um caso à parte no interior de sua reflexão. Nesse sentido, figuram como uma espécie de janela ou fresta, por onde o autor vislumbra o presente, construindo um

³⁶ PRADO, Paulo. Prefácio à 1ª edição de *Paulística*. In: PRADO, Paulo. **Paulística etc.** 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 63.

lugar privilegiado para manifestar sua intuição, insatisfação e crítica sobre a relação entre passado e presente. Assim se configura também o *Retrato do Brasil*, na medida em que após elaborar sua síntese histórica, o autor dialoga com o seu presente através do *Post-Scriptum*, questionando o passado e suas visíveis e palpáveis reminiscências no presente, sobrevivências que permitem que o passado seja visto como um contínuo que invade e prejudica o presente e suas alternativas de mudanças.

Dessa maneira, torna-se imprescindível reconhecer certa independência entre essas manifestações – o argumento central que compõe o texto principal e os escritos anexados a ele –, visto que uma ocupa-se exclusivamente do passado e a outra se mostra como espaço peculiar e privilegiado para a intervenção política no presente nacional. Identifica-se, assim, uma junção entre método analítico e intuitivo, narração histórica e intervenção política; manifestações distintas, porém, complementares. No corpo do texto central encontra-se o lugar por excelência de análise do passado, enquanto que, em seus anexos ou janelas, o autor manifesta-se como homem atuante de seu tempo, pronuncia-se diante do hoje como autor/ator. De suas janelas textuais vislumbra o passado e reflete sobre a contemporaneidade. Dito isso, o que passa a nos importar no momento é compreender como se constrói a indagação que os prefácios de *Paulística* – primeira e segunda edição – impõem ao *Post-Scriptum* de *Retrato do Brasil*: a história nos ensina virtudes e grandezas passadas ou impossibilita o indivíduo de desenvolver sua autenticidade e sua criticidade?

Não pretendo responder tal querela com uma afirmação precisa, mas sim com a própria percepção do autor sobre os diferentes momentos políticos vividos pelo Brasil. Assim, vale lembrar que estamos compreendendo como anexos aos estudos do passado, ou janelas de onde pode lançar vista sobre o presente, tanto os *Prefácios* (*Paulística* escrito em 1925) como o *Post-Scriptum* (*Retrato do Brasil* escrito em 1928). Estes textos apresentam e representam momentos políticos bastante peculiares e específicos, sendo inevitável deparar-se com oscilações e ambigüidades que dizem respeito ao próprio caminhar político e intelectual de uma vida: a multiplicidade de visões que um autor pode manifestar ao longo de sua trajetória intelectual. No caso de Paulo Prado, uma vida de todo preocupada com o bom andamento da esfera pública, de todo embrenhada nas questões políticas que pautaram as principais discussões nacionais na década de 20.

A militância incisiva por mudanças – *Revolução* ou *Guerra* – demonstrada por Paulo Prado, em seu *Post-Scriptum* de 1928, reflete o clima de transformações do período, a crítica cada vez mais firme ao arcaísmo de uma república que, segundo o ensaísta, não foi capaz de superar os problemas herdados do período colonial, tendo sido as mudanças meramente superficiais. A rebeldia e impaciência de Paulo Prado quanto aos rumos do país nos remetem não só à constatação do atraso, mas também a incapacidade nacional de superar os empecilhos impostos pelo passado e a resignação coletiva diante do processo histórico. A partir daí, compreende-se a radicalização de seu *Post-Scriptum*, em detrimento do valor que sempre foi atribuído à tradição e à história em seus escritos anteriores. É justamente nesta tentativa de superação e de modernização do Brasil que o ensaísta se aproxima de uma peculiar idéia de renovação, que, se não descarta de todo a tradição, indica a necessidade de esquecê-la momentaneamente. Contra a pasmaceira individual e o sufocante processo histórico responsável pela formação nacional, não resta alternativa a não ser a urgente necessidade de se fazer tábua rasa.

O desfecho radical sugerido por Paulo Prado vem reforçar a singularidade de seu *Post-Scriptum* e de sua crença na capacidade de uma intervenção livre, jovial e renovadora do indivíduo no presente. Essa me parece ser a principal motivação de suas pretensões intelectuais, a idéia da utilidade de sua reflexão para a contemporaneidade e para elaboração de um projeto futuro. Em resposta a carta de Benjamim de Garay, datada em 7 de julho de 1941, que solicitava autorização para uma nova edição de *Retrato do Brasil*, Paulo Prado diz “haver tomado de há muito a resolução de não reeditar, ainda uma vez, o Retrato do Brasil por mim escrito em 1927 principalmente para o meu país”.³⁷ A atitude do escritor parece denotar a inadequação que seu livro sofreria em outros países, visto que além de não se interessar por leitores estranhos aos problemas nacionais indicados no texto, Paulo Prado parece ver seu livro como uma peça anacrônica poucos anos depois de sua publicação. Demonstrando em seu desânimo diante da possibilidade de reedição, que seu ensaio parece não ter cumprido com sua missão de redenção ou modernização nacional, a Revolução de 1930 mostrou-se como mais um

³⁷ PRADO, Paulo. Carta a Benjamim Garay. In: PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 221.

episódio de desilusão nacional, mais uma vez o véu das mudanças havia acobertado as permanências seculares da psicologia e da política nacional.

Assim, o entusiasmo radical de seu *Post-Scriptum* não foi capaz de engendrar as mudanças desejadas. A crença na possibilidade de intervir nos rumos políticos da nação era bastante latente nos textos de Paulo Prado para ser ignorada. Segundo a citação que o ensaísta aprendeu com Capistrano de Abreu, dizia Goethe: “Agir é fácil, o difícil é pensar”.³⁸ No entanto, para Paulo Prado os dois movimentos constituíam um único esforço: sua ação manifesta-se através de uma reflexão crítica e, por corolário, de uma atividade do espírito. Talvez seja possível dizer que através de um único gesto, a feitura de um ensaio de todo preocupado com os rumos da nação, Paulo Prado emergia como um interventor moderado e preciso, diferenciando-se de outras formas de participação política, que, no seu entender, seriam mais abruptas e desorientadas e, portanto, menos duradouras e valorosas. Desse modo, em função da profunda e engajada reflexão empreendida em seu ensaio, ele estaria à frente daqueles que preconizam somente a ação, por meio da agitação e da discussão vazia.³⁹ Ocupar-se intelectualmente dos problemas nacionais representava sua forma de intervenção, objetivando sempre sinalizar através de suas janelas, de onde vislumbrava o presente, possíveis rumos para a modernização nacional. Entretanto, tal esforço veio acompanhado da frustração advinda das dificuldades de intervenção e talvez da duplicidade de visões que suas janelas lhe ofereciam: passado e presente defrontavam-se em uma confusão de luzes, manchas, sons, reminiscências, lembranças e projeções, imputando grande obstáculo para um autor que quer ser ativo contemporaneamente sem ignorar a percepção das ruínas de um passado triste.

³⁸ PRADO, Paulo. Carta ao filho Paulo Caio. In: PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 217. Citação extraída do romance de Goethe **Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister**.

³⁹ Idem. p. 218.